



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO
TEIXEIRA
DIRETORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Coordenação Geral de Recursos Logísticos, Aquisições e Convênios.
Coordenação de Recursos Logísticos.

PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2017
(Processo Administrativo n.º 23036.002664/2016-77)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP, por meio do seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 458, de 22 de agosto de 2016, sediado no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 04, Lote 327, Edifício Villas Lobos, Brasília-DF, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SLTI/MPOG n.º 01 de 19 de janeiro de 2010, nº 2, de 11 de outubro de 2010, nº 4, de 11 de setembro de 2014, nº 02 de 12 de janeiro de 2015 e aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **14/02/2017**

Horário: **10:00**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para fornecimento e implantação de solução única de alta performance de DNS, DHCP e Gerenciamento de Endereços IP (IPAM – IP address management), agregando detecção e gerenciamento de ativos de rede, solução de proteção de DNS e solução de relatórios. A aquisição contemplará garantia, atualização de novas versões do software, suporte técnico especializado e operação assistida para toda solução, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em um grupo, formado por seis itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será o INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.5.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.3.4. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.3.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.3.6. sociedades cooperativas.

5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.4.1.1.a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.4.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.4.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.4.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1. Valor unitário do item;

6.6.2. A quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;

6.6.2.1. Em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

6.6.3. Marca;

6.6.4. Fabricante;

6.6.5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.6.6. A solução a ser fornecida deverá ser única, de um mesmo fabricante, que atenda integralmente ao conjunto de ferramentas que compõem o objeto, com controle centralizado, possuindo alta performance, escalabilidade,

disponibilidade e segurança para os serviços de DNS, DHCP e gerenciamento de endereços IP, incluindo detecção e gerenciamento de ativos de rede do Instituto, além de ferramenta específica para proteção do serviço de DNS que disponibiliza o domínio inep.gov.br para toda internet.

6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,01% (um centésimo por cento).

7.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

7.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos

7.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.15. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.16. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18. Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem

de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.18.2. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7.19. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.19.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo

8.3. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.8. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação

econômico-financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista:

9.4. Habilitação jurídica:

9.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

9.4.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.4.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.2.prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.5.3.prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.5.prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.6.prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

9.5.7.caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.5.8.caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.6. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF no nível da Qualificação econômico-financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

9.6.1.Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.6.2.1.No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.6.2.2.No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.6.3.A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.6.4.As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

9.7.As empresas, cadastradas ou não no SICAF deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

9.7.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, onde comprove ter prestado serviços de entrega, instalação, configuração e suporte técnico para solução de segurança de DNS e de gerenciamento de ativos de rede.

9.7.2. Serão aceitos somatórios de atestados de capacidade técnica para comprovação da experiência e habilidade da licitante;

9.7.3. A licitante deverá apresentar declaração, datada e assinada por seu representante legal, de que, caso se sagre vencedora do certame, no momento da assinatura do contrato, disporá de profissionais com nível superior e com as seguintes certificações ou equivalentes:

9.7.3.1.No mínimo 01 (um) técnico profissional capacitado e certificado na linha de produtos proposta;

9.7.3.2.Caso o fabricante não possua certificação específica para a linha de produtos serão aceitos profissionais comprovadamente capacitados e aprovados em treinamento formal do fabricante.

9.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.9. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail pregao@inep.gov.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de dois dias, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail e após solicitação do Pregoeiro.

9.9.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.12. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

9.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.15. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.16. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas.) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do

licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 05% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

15.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

15.1.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 05% (cinco por cento) do valor do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Contratante.

15.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

15.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

15.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

15.2.3. as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

15.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.

15.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

15.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.7. Será considerada extinta a garantia:

15.7.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

15.7.2. no prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

16. DA GARANTIA DO FABRICANTE

16.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia do fabricante por 36 (trinta e seis) meses para os itens adquiridos, contados a partir da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

16.2. A garantia deverá ser do fabricante;

16.3. Deve ser fornecida garantia de atualização de softwares para um período de validade de 36 (trinta e seis) meses;

16.4. Deve ser fornecida garantia de reposição de hardware, por um prazo de 36 (trinta e seis) meses, para situações em que sejam identificados problemas no hardware da solução de segurança contratada;

16.5. Em caso de falha no hardware a CONTRATADA deve disponibilizar um hardware reserva que irá permanecer em ambiente de produção da CONTRATANTE até o retorno do hardware original reparado ou novo em substituição, a critério do CONTRATANTE;

16.6. Deverá assegurar que o hardware substituto, em qualquer caso, seja igual ao contratado inicialmente ou que possua características superiores a este, desde que estejam homologadas pelo fabricante como parte compatível da solução;

16.7. O serviço de substituição de hardware será prestado na modalidade 24x7, ou seja, estará disponível para acionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana;

16.8. Deverá substituir quaisquer peças ou componentes defeituosos em um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o primeiro atendimento relativo ao chamado, de acordo com a garantia e sem ônus para o CONTRATANTE;

16.9. Deverá assegurar que a substituição de qualquer componente defeituoso, em qualquer caso, seja feita por item equivalente ou que possua características superiores a estas, desde que estejam homologadas pelo fabricante como parte compatível da solução;

16.10. As peças de substituição devem ser novas, não sendo aceitas peças usadas ou recondicionadas;

16.11. Deverá substituir, caso necessário, todo o equipamento, dentro dos prazos estabelecidos;

16.12. A reposição do(s) equipamento(s) quando diagnosticada a falha de hardware será feita em até 48 (quarenta e oito) horas após o primeiro atendimento relativo ao chamado;

16.12.1. A substituição do hardware será considerada consumada no momento em que a solução voltar ao seu funcionamento normal e for aceita formalmente pela equipe técnica do CONTRATANTE.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

17.2. O prazo de vigência deste contrato será de 40 (quarenta) meses, a contar da data de sua assinatura, sendo 45 (quarenta e cinco) dias corridos para recebimento dos produtos, nos termos das disposições contidas no art.73 c/c §7º do art.15, todos da lei nº 8.666/93;

17.3. O serviço de suporte técnico especializado será mensal com uma vigência de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência;

17.4. O serviço de operação assistida poderá ser contratado a qualquer tempo, conforme demanda do CONTRATANTE, através de abertura de Ordem de Serviço. Esse serviço poderá ser utilizado após a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO e durante a vigência do contrato, não sendo obrigatória a utilização de todas as horas contratadas;

17.5. O licenciamento da solução terá vigência de 36 (trinta e seis) meses e o CONTRATANTE terá direito a toda e qualquer nova atualização do software, seja versões, patches, hotfixes ou assinaturas e subscrições de segurança que fizerem parte da solução durante esse período. O prazo de vigência da contratação é de 40 (quarenta) meses contados do(a) sua assinatura.

17.6. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

17.6.1. A adjudicatária terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.6.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.7. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

17.8. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta "on line" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

17.8.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

18. DO PREÇO

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

18.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

19. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dos itens de 1 a 5 referentes à aquisição ocorrerá em parcela única, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, mediante emissão de ordem bancária para crédito em conta da licitante vencedora, conforme disposto no Artigo 40 Inciso XIV alínea “a” da Lei 8.666/93. O prazo para pagamento será de até 05 (cinco) dias úteis após apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Coordenação-Geral de Infraestrutura e Serviços do CONTRATANTE e comprovada a regularidade da empresa, mediante consulta “online” ao SICAF;

21.2. O pagamento do Serviço de Operação Assistida ocorrerá a qualquer tempo conforme quantidade de horas técnicas demandadas, após a efetiva realização dos procedimentos solicitados e a apresentação da referida Ordem de Serviço e relatório da execução devidamente preenchidos e assinados, mediante emissão de ordem bancária para crédito em conta da licitante vencedora, conforme disposto no Artigo 40 Inciso XIV alínea “a” da Lei 8.666/93. O prazo para pagamento será de até 05 (cinco) dias úteis após apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Coordenação-Geral de Infraestrutura e Serviços do CONTRATANTE e comprovada a regularidade da empresa, mediante consulta “online” ao SICAF.

21.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

21.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

21.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

21.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

21.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

21.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

21.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

21.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

21.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I \quad \frac{(6 / 100)}{\quad} \quad I = 0,00016438$$

$$= \frac{\quad}{365} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

22.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

22.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

23.1.1. não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

23.1.2. apresentar documentação falsa;

23.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

23.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.5. não mantiver a proposta;

23.1.6. cometer fraude fiscal;

23.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

23.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

23.3.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

23.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

23.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

23.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregao@inep.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço do INEP, na seção do protocolo.

24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

25.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://portal.inep.gov.br/institucional-licitacao> e <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

25.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.10.1. ANEXO I - Termo de Referência

25.10.2. ANEXO II – Ata de Registro de Preços

25.10.3. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Brasília-DF, de dezembro de 2016.

PEDRO MASSAD JUNIOR

Coordenador-Geral de Recursos Logísticos, Aquisições e Convênios



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO
TEIXEIRA
DIRETORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Coordenação Geral de Recursos Logísticos, Aquisições e Convênios.
Coordenação de Recursos Logísticos.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Registro de preços para fornecimento e implantação de solução única de alta performance de DNS, DHCP e Gerenciamento de Endereços IP (IPAM – IP address management), agregando detecção e gerenciamento de ativos de rede, solução de proteção de DNS e solução de relatórios. A aquisição contemplará garantia, atualização de novas versões do software, suporte técnico especializado e operação assistida para toda solução.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

Para gerar seus dados e estudos educacionais o Inep realiza levantamentos estatísticos e avaliativos em todos os níveis e modalidades de ensino como, por exemplo:

Censo Escolar: levantamento de informações estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

Censo Superior: reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou à distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições,

matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): exame de saída facultativo aos que já concluíram e aos concluintes do ensino médio, aplicado pela primeira vez em 1997, cuja finalidade primordial é a avaliação do desempenho escolar e acadêmico ao fim do ensino médio. As informações obtidas a partir dos resultados do Enem são utilizadas para acompanhamento da qualidade do ensino médio no País, na implementação de políticas públicas.

Exame Nacional Para Certificação de Competências (ENCCEJA): é uma avaliação voluntária e gratuita ofertada às pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos em idade apropriada para aferir competências, habilidades e saberes adquiridos tanto no processo escolar quanto no extra-escolar.

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB): é uma pesquisa por amostragem que objetiva avaliar a qualidade do ensino fundamental e médio, oferecido pelo sistema educacional brasileiro, a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos, realizada a cada dois anos.

Além dos levantamentos estatísticos e das avaliações, o Inep promove encontros para discutir os temas educacionais e disponibiliza também outras fontes de consulta sobre educação, além de subsidiar o processo decisório das políticas educacionais, mediante a produção e a disseminação de informações primárias de avaliação e estatísticas, bem como informações secundárias relevantes para o processo.

As informações fornecidas pelo Inep são fundamentais para a formulação e a implementação de políticas educacionais que visam à correção dos desequilíbrios regionais e à promoção da equidade na oferta do ensino público, e servem de base para a definição dos valores dos recursos repassados a estados e municípios em diversos programas de governo.

Para viabilizar a execução de suas ações o Inep mantém e desenvolve, constantemente, inúmeros sistemas de informação transacionais que garantem a qualidade dos dados e das informações coletadas, produzidas, analisadas, processadas e disseminadas no âmbito de suas Diretorias, que atuam a partir de levantamentos censitários e avaliações dos diversos níveis de ensino, em todo o território nacional.

Tendo em vista a relevância das informações coletadas, e as constantes mudanças e modernizações que os sistemas vêm sofrendo é de extrema importância que a

infraestrutura computacional da Autarquia acompanhe as mudanças e forneça toda a base operacional para os novos sistemas e serviços de rede que o Inep necessita disponibilizar. Em virtude disso a Instituição necessita de uma infraestrutura que garanta estabilidade, segurança, alta-disponibilidade e agilidade na utilização e no armazenamento de dados provenientes desses sistemas.

Neste contexto, a Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE) é a unidade responsável por desenvolver, aperfeiçoar, manter e dar suporte aos sistemas informatizados e aos bancos de dados do Inep, administrando os recursos de informação, informática e telecomunicação da Instituição. Nesse aspecto, a DTDIE, por meio da Coordenação-Geral de Infraestrutura e Serviços (CGIS) vem promovendo ações de melhoria na infraestrutura computacional do Inep, visando o melhor aproveitamento de hardware, software, serviços de rede e utilização de novas tecnologias.

A infraestrutura do Inep, como um todo – do cabeamento físico aos servidores de aplicações –, está em franca e contínua evolução, sendo mesmo mencionada na mídia e na Esplanada como exemplo de excelência técnica. Esta evolução tem sua razão de ser no atendimento preciso e certo das necessidades criadas pelo aumento da abrangência das atividades dos censos, das avaliações e exames, sendo este aumento, por sua vez, puxado pelo aprofundamento das pesquisas realizadas sobre o sistema educacional e pelo aperfeiçoamento dos diversos exames aplicados pela instituição. Outro fator importante na evolução é o contínuo aumento do acesso público aos serviços e às informações prestadas pelo órgão. Além do quesito desempenho, considere-se ainda a evolução das técnicas de invasão ilegal e destrutiva que acompanha a evolução das tecnologias de informação e comunicação, o que leva ainda à maior necessidade de cuidados relativos à segurança e integridade dos dados de que o órgão tem a guarda.

Um grande risco para as atividades desenvolvidas por qualquer órgão da Administração Pública é tornar os sistemas computacionais indisponíveis e colocar em dúvida a confidencialidade e a integridade dos dados armazenados.

No que tange à segurança da informação, nos últimos anos, o Inep fez um investimento maciço na criação de seu ambiente seguro. Tal investimento, além de permitir um atendimento adequado à população, deve ser orientado também à manutenção da credibilidade do Inep perante a sociedade. O Inep atento ao contínuo crescimento dos incidentes de segurança e a evolução das ameaças à sua rede tecnológica, vem buscando

dar continuidade ao elevado nível de proteção de sua rede de dados, minimizando os incidentes no âmbito de sua estrutura organizacional.

Problemas decorrentes da falta de Disponibilidade, Integridade, Confidencialidade e Autenticidade nos ativos de informação, levam à necessidade de desenvolver ações permanentes de segurança nas organizações governamentais, considerando ser a informação, nos mais variados aspectos, o principal ativo das instituições, públicas ou privadas. Considerando o cenário globalizado em que vivemos, cujos ataques cibernéticos tornam-se uma constante, o sistema público fica cada vez mais exposto e vulnerável a riscos de segurança, neste sentido, faz-se necessário um conjunto de ações eficazes que visam proteger e preservar os ativos de informação, assegurando-lhes a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade, fatores e atributos cuja ausência impacta diretamente no desempenho e resultado do Inep.

As organizações públicas têm o dever de atuar em estreito relacionamento com as políticas definidas pelo Governo Federal Brasileiro. No que se refere à Gestão de Tecnologia da Informação, os princípios e os fundamentos formulados pelo governo têm como sustentação a utilização dos recursos de infraestrutura que garantem a continuidade dos serviços prestados, os quais são uma necessidade fundamental para a existência das grandes instituições, sejam elas públicas ou privadas.

Devido à missão estratégica do Inep em prestação de serviços a sociedade, sua rede de dados possui características que evidenciam a necessidade da rede em possuir mecanismos que possibilitem respostas ágeis e precisas diante dos problemas comuns de administração e manutenção.

A grande quantidade de ativos, serviços, endereços e nomes distribuídos na rede faz com que a administração e manutenção dos atributos da rede se tornem um exercício complexo de se manter operacional em níveis aceitáveis para o bom atendimento do público final.

Em decorrência da criticidade dos serviços de rede de dados do Inep, qualquer interrupção que cause indisponibilidade de algum ativo, pode gerar impactos imensuráveis para a imagem do Instituto como, por exemplo, a impossibilidade de acesso ao sistema do ENEM em qualquer uma de suas fases.

Como principal alvo dos ataques direcionados aos sistemas do Inep, a infraestrutura de rede necessita de solução capaz de realizar proteção avançada de DNS para os servidores que representam o domínio inep.gov.br na Internet. Tal solução é essencial

na rede do Inep devido a extrema importância do serviço de DNS que deve estar sempre disponível para resolução de nomes do domínio.

Nesse sentido a aquisição de uma solução que permite a equipe técnica do Inep gerenciar e manter total controle sobre os serviços de DNS, DHCP, entrega de endereços IP's com proteção contra ataques direcionados aos servidores DNS disponíveis na rede, trará maior visibilidade com rápida resposta a incidentes e menor tempo de indisponibilidade, caso ocorra, dos dispositivos e serviços que compõem a rede.

No quesito gerenciamento de dispositivos de rede e configuração de ativos, a aquisição de uma solução aderente aos padrões das ferramentas que são utilizadas no Inep se faz importante no que tange a reduzir os riscos de operação com má configuração dos equipamentos que compõem toda a infraestrutura de rede. A solução tem como objetivo a redução dos riscos com manutenção, operação e gerenciamento da configuração de equipamentos.

Conforme todas as vertentes apresentadas de um conjunto de soluções, o gerenciamento de toda solução se faz necessário de forma centralizada para que cada informação gerada tanto pelos ativos de gerenciamento de DNS e DHCP, proteção avançada de DNS e gerenciamento de dispositivos de Rede possam ser consolidados em uma única interface.

Dessa forma, visando disponibilizar uma operação consistente de DDI, gerenciamento de ativos e proteção DNS, bem como permitir o aumento da capacidade dos serviços de tecnologia da informação prestados pela Coordenação-Geral de Infraestrutura e Serviços e para que o Inep possa continuar em conformidade com as metas estabelecidas em prestar serviços à população de qualidade e excelência, faz-se necessária a contratação de empresa que atenda as necessidades atuais do Inep.

Quanto à escolha do Sistema de Registro de Preços, via Pregão Eletrônico, se deve, à necessidade de utilizar de forma gradual e contínua os serviços especializados a serem contratados.

Todos os itens do objeto tiveram seus quantitativos estimados de acordo com a quantidade de usuários que utilizam os serviços do Inep e buscando a alta disponibilidade dos serviços críticos do Instituto. O quantitativo da operação assistida diz respeito a possível utilização de horas por alguns dias da semana vezes meses vezes três anos da contratação.

2.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução a ser fornecida deverá ser única, de um mesmo fabricante, que atenda integralmente ao conjunto de ferramentas que compõem o objeto, com controle centralizado, possuindo alta performance, escalabilidade, disponibilidade e segurança para os serviços de DNS, DHCP e gerenciamento de endereços IP, incluindo detecção e gerenciamento de ativos de rede do Instituto, além de ferramenta específica para proteção do serviço de DNS que disponibiliza o domínio inep.gov.br para toda internet.

2.2. BENS E/OU SERVIÇOS

	Item	Bem/Serviço	Quantidade	
G R U P O 01	1	Aquisição de ferramenta em appliance virtual para Gerenciamento Centralizado de toda solução com suporte pelo período de 36 meses.	2 und	
	2	Aquisição de solução em appliance virtual para Gerenciamento de DNS, DHCP e IPAM (DDI), incluindo Firewall de DNS Interno, com suporte pelo período de 36 meses.	2 und	
	3	Aquisição de solução em appliance físico para Proteção Avançada contra ataques ao serviço de DNS Externo com suporte pelo período de 36 meses.	2 und	
	4	Aquisição de solução em appliance virtual para Gerenciamento de Ativos de Rede, licenciada para 100 dispositivos, com Suporte pelo período de 36 meses.	1 und	
	5	Aquisição de solução integrada em appliance virtual para Gerenciamento e Visualização de Relatórios de DNS, DHCP e IPAM (DDI), incluindo Firewall de DNS Interno, com Suporte pelo período de 36 meses.	1 und	
	6	Operação Assistida.	2500 horas	

2.3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Aquisição de ferramenta em appliance virtual para Gerenciamento

Centralizado:

- 1.1. A solução deve ser baseada em appliance virtual. Entende-se appliance, equipamento com características específicas e projetado com versão de software para appliance virtual que são integrados de forma única a executar uma função determinada.
- 1.2. A solução não deve constar em situação de end-of-sales, que compreende pelo estado de não ser comercializado pelo fabricante;
- 1.3. A solução não deve constar em situação de end-of-support, que
- 1.4. compreende o estado de não ser fornecido suporte em versão de software;
- 1.5. A solução não deve constar em situação de end-of-release, que

compreende a limitação do software em suportar novas funcionalidades;

- 1.6. A solução deve permitir a gestão e controle de todos os demais dispositivos virtuais distribuídos que compõem a solução;
- 1.7. A solução deve ser baseada em conceito hierárquico de integração, ou seja, deve possuir um componente específico para gerenciamento dos demais equipamentos da solução ofertada. Tal característica destina-se a conformidade de integridade e disponibilidade do ambiente;
- 1.8. Deve possuir interface GUI para execução de todas as tarefas de configuração e gerenciamento, sendo a opção de CLI utilizada opcionalmente e para troubleshooting;
- 1.9. Deve possuir protocolo de propagação e sincronização de alterações de dados em tempo real e de forma segura (através do túnel SSL ou outra forma segura);
- 1.10. Deve possuir registros de auditoria para todas as alterações feitas na configuração do sistema, em no mínimo nível de administrador e usuário padrão;
- 1.11. Deve executar as alterações nos equipamentos gerenciados através de gerenciamento central;
- 1.12. Deve fornecer mecanismos para prevenir que os vários administradores não façam alterações nos mesmos dados simultaneamente (por exemplo, na mesma zona DNS);
- 1.13. Deve fornecer mecanismos para recuperação de dados apagados através da interface GUI;
- 1.14. Deve Possuir mecanismos que permitam a recuperação de dados que foram excluídos sem o uso de restore de backups permitindo recuperar registros excluídos do tipo A, AAAA, CNAME, DNAME, MX, SRV, TXT, NS e PTR.
- 1.15. A solução deve permitir a importação de dados em lote para o sistema;
- 1.16. Deve prover mecanismo para agendar de forma programada (Schedule) as ações a seguir:
 - 1.16.1. Adicionar registros para zonas de DNS;
 - 1.16.2. Bloquear e desbloquear zonas de DNS;
 - 1.16.3. Criar, remover ou alterar registros compartilhados entre zonas DNS;
 - 1.16.4. Criar, remover ou alterar grupos de registros compartilhados entre zonas DNS;
 - 1.16.5. Criar, remover ou alterar redes IPv4 e IPv6;
 - 1.16.6. Criar, remover ou alterar pastas para agrupamento de redes

- IPv4 e IPv6;
- 1.16.7. Criar, remover ou alterar redes compartilhadas IPv4 e IPv6;
- 1.16.8. Criar, remover ou alterar ranges/Escopos DHCP IPv4 e IPv6;
- 1.16.9. Criar, remover ou alterar ranges/Escopos reservados de redes IPv4 e IPv6;
- 1.16.10. Criar, remover ou alterar endereços fixos de redes IPv4 e IPv6;
- 1.16.11. Criar, remover ou alterar reservas de endereços IPv4 e IPv6;
- 1.17. A solução deve prover um mecanismo que permita a criação de fluxos de trabalho. Estes fluxos de trabalho permitem que um grupo de usuários do sistema realize modificações as quais deverão ser aprovadas por outro grupo de usuários. Tanto os usuários quanto os aprovadores podem agendar a execução destas tarefas imediatamente ou programá-las.
- 1.18. A solução deve possuir um mecanismo para agendar de forma programada (schedule) a criação destes fluxos de aprovação para as ações a seguir:
 - 1.18.1. Criar, remover ou alterar zonas de DNS (autoritativas, de encaminhamento, stub, e delegadas);
 - 1.18.2. Criar, remover ou alterar views de DNS;
 - 1.18.3. Adicionar registros para zonas de DNS;
 - 1.18.4. Criar, remover ou alterar registros compartilhados entre zonas DNS;
 - 1.18.5. Criar, remover ou alterar grupos de registros compartilhados entre zonas DNS;
 - 1.18.6. Criar, remover ou alterar redes IPv4 e IPv6;
 - 1.18.7. Criar, remover ou alterar pastas para agrupamento de redes IPv4 e IPv6;
 - 1.18.8. Criar, remover ou alterar redes compartilhadas IPv4 e IPv6;
 - 1.18.9. Criar, remover ou alterar ranges/Escopos DHCP IPv4 e IPv6;
 - 1.18.10. Criar, remover ou alterar ranges/Escopos reservados de redes IPv4 e IPv6;
 - 1.18.11. Criar, remover ou alterar endereços fixos de redes IPv4 e IPv6;
 - 1.18.12. Criar, remover ou alterar reservas de endereços IPv4 e IPv6;
- 1.19. A solução deve integrar com ferramentas de migração de outras configurações de DNS e DHCP (BIND, Microsoft Active Directory);
- 1.20. Deve permitir importar dados através de arquivos .CSV e .TXT
- 1.21. A solução deve permitir atualizações de software e aplicação de

correções através de tarefas previamente agendadas a serem executadas de acordo com a janela de manutenção;

- 1.22. Em caso de falha de procedimento de atualização, a solução deve permitir rollback de atualização de software a critérios do administrador;
- 1.23. A solução deve permitir backup e restore das configurações de forma automatizada. Estes backups poderão ser realizados através dos protocolos FTP, TFTP ou SCP.
- 1.24. Deve permitir o monitoramento e alertas através SNMPv1/v2 e SNMPv3;
- 1.25. A solução deve fornecer através de interface gráfica, estatísticas de monitoramento dos equipamentos gerenciados e serviços tais como: estatísticas de DNS, DHCP, utilização de memória, CPU, disco, banco de dados, temperatura e quantidade de administradores logados simultaneamente;
- 1.26. Deve possibilitar através da interface gráfica, realizar troubleshooting com ferramentas no mínimo de captura de pacotes de rede;
- 1.27. Permitir a configuração dos equipamentos gerenciados remotos apenas através do equipamento de gerência centralizada.

2. Aquisição de solução em appliance virtual para Gerenciamento de DNS, DHCP e IPAM (DDI):

- 2.1. Cada equipamento isolado deve possuir desempenho DNS de pelo menos 30.000 QPS (Queries Per Second);
- 2.2. Possuir performance pelo menos 210 DHCP LPS (Leases Per Second);
- 2.3. Deve suportar pelo menos 440 mil de objetos no banco de dados;
- 2.4. Permitir instalação das seguintes interfaces 10/100/1000 Mbps:
 - 2.4.1. No mínimo 01 interface de gerência;
 - 2.4.2. No mínimo 01 interface para alta disponibilidade dedicada;
 - 2.4.3. No mínimo 02 interfaces 1000 Base-T (mínimo) Lan para operar em regime Ativo/Ativo em segmentos de redes locais distintos ou Ativo/Passivo (Redundância de interfaces).
- 2.5. A solução deve suportar integração, nativa e fornecida pelo fabricante da solução, com ambiente Microsoft Active Directory, de forma a gerenciar as funcionalidades de DNS Microsoft sem adição de agentes aos servidores Microsoft.
- 2.6. A solução deve integrar com tecnologia GSS TSIG para atualizações de

DNS dinâmico (Secure Dynamic Update);

2.7.A solução deve gerir de configurações de DNS da Microsoft sem necessidade de instalação de agentes em servidores remotos Microsoft DNS. A comunicação com o ambiente Microsoft deve ser feita através de chamadas de MMC (Microsoft Management Console). Este recurso permitirá a gestão centralizada dos diferentes servidores de DNS da Microsoft que possam existir;

2.8.A solução deve facilitar a instalação de licenças adicionais que irão permitir o controle de tráfego e aumento de performance de DNS através de Global Server Load Balancing (GSLB) otimizando o tráfego das aplicações web e suprimindo falhas como: indisponibilidade de servidores, latência, localização geográfica de onde a aplicação está instalada a fim de mitigar indisponibilidade dos serviços de DNS, sem a necessidade de uso de Switches L7 para realizar a tarefa de GSLB.

2.9.Possuir integração com as plataformas de virtualização Vmware, Microsoft e OpenStack a fim de criar automaticamente registros na(s) zona(s) DNS sempre que uma nova máquina virtual for provisionada a fim de eliminar intervenção manual na inclusão de registros de novas máquinas virtuais no DNS.

2.10. A solução de deve prevenir o acúmulo de registros mal formados ou inválidos nas zonas dos domínios. A operação de limpeza deste registros, deve ser determinada por regras pré-definidas. Com base nessas regras, os registros devem ser deletados automaticamente. Tal mecanismo é conhecido como SCAVENGING.

2.11. A solução deve integrar com a plataforma de segurança Cisco ISE, para instalação de licenças com o propósito de troca de informações entre as plataformas para otimizar as políticas de acesso à rede baseadas em contexto e a fim de tornar o ambiente de rede mais seguro, automatizado e dinâmico mitigando as ameaças detectadas pela solução de DNS;

2.12. A solução deve coletar e armazenar informações que serão enviadas à plataforma ISE quando a solução de DNS detectar possíveis violações de Malware, Trojan, Spyware e softwares de comando e controle (BotNet). De acordo com a gravidade do evento e as políticas implantadas, o ISE poderá colocar o dispositivo em quarentena. As informações coletadas e enviadas ao Cisco ISE devem ser:

- 2.12.1. Nome do usuário;
- 2.12.2. Nome da máquina;
- 2.12.3. Domínio;
- 2.12.4. Vlan;
- 2.12.5. Tipo de dispositivo;
- 2.12.6. Endereço IP do dispositivo;
- 2.12.7. Mac Address do dispositivo;
- 2.13. Deve suportar o protocolo DNSSEC (DNS Security Extensions);
- 2.14. Dever ter mecanismos para identificar tráfego DNS cache poisoning que possa ser interpretado como ataque de envenenamento ao cache DNS, bloqueando este tráfego de DNS a partir de fontes específicas;
- 2.15. A solução deve permitir a configuração de políticas para restringir padrão de nomes de hosts;
- 2.16. Deve possuir gráficos de resumo das informações de DNS e DNSSEC da Zonas/Sub-Zonas assinadas.
- 2.17. A solução deve permitir a criação de atributos a fim de facilitar e personalizar a configuração;
- 2.18. A solução deve suportar registros que sejam compartilhados entre diferentes zonas de DNS;
- 2.19. Deve suportar DNSSEC e Integração com o HSM (Hardware Security Module);
- 2.20. A solução deve ter suporte a IPv6, registros AAAA, zonas reversas IPv6, atualização dinâmica IPv6 (DDNS);
- 2.21. Deve permitir o uso de lista negra para bloquear domínios DNS;
- 2.22. Deve possuir capacidade de criação de ACLs para bloqueio de domínios e redes maliciosas;
- 2.23. Suportar mecanismo de segurança contra ameaças baseadas em DNS. A solução deverá permitir atualizações dinâmicas e em tempo real da base de dados de domínios não confiáveis ou que possuam conteúdo malicioso tal como Malware, Trojan e Spyware. Estas atualizações dinâmicas devem ser fornecidas pelo fabricante da solução;
- 2.24. Prover uma linha de defesa para bloquear tentativas de acesso a sites maliciosos, impedindo a resolução de nomes de domínio que hospedem tais

conteúdos maliciosos minimizando possíveis infecções de Malware, Trojan, Spyware e softwares de comando e controle (BotNet);

2.25. Registrar todas as tentativas de comunicação com os nomes de domínio que hospedem conteúdo malicioso. Estes registros devem conter, IP de origem, destino, data e hora do acesso;

2.26. Deve suportar no mínimo os seguintes métodos de controle: apenas logar, bloquear o dado, passthru, ou substituir o nome do domínio;

2.27. A solução deve gerenciar serviços DHCP/IPAM, sem que seja necessário o uso de software adicional;

2.28. Deve prover históricos de DHCP lease por endereço IP, Mac Address e Host Name;

2.29. A solução deve permitir que os administradores efetuem busca de endereços de rede, sub-rede e endereços IP através de filtros;

2.30. Deve permitir a criação e gestão de agrupamento de rede (pastas), sub-redes através do mapa de endereçamento IP;

2.31. Deve permitir a criação de atributos para as redes/sub-redes para facilitar o gerenciamento de nomes e endereços IP;

2.32. Deve realizar função de DHCPv6 server, com características proeminentes tais como dual-stack para a transição de redes IPv4 para redes IPv6, agregar campos e atributos IPv6;

2.33. Deve suportar DHCPv6 Stateful e Stateless;

2.34. Deve ter capacidade de delegar prefixos IPv4 e IPv6;

2.35. Suportar DHCP Failover IPv4;

2.36. Deve possuir mecanismos para evitar a duplicação na entrega de endereços IP em situações de failover, ou seja, durante a comutação dos dispositivos que estão configurados em alta disponibilidade;

2.37. Deve possuir serviço de gerenciamento IP com capacidade de efetuar a descoberta dos dispositivos na rede, e detectar os dispositivos conectados e prevenir ou identificar possíveis conflitos de endereços IP que possam existir;

2.38. A solução deve reconhecer e identificar os dispositivos de rede por tipo em no mínimo: switches, roteadores, estação de trabalho e impressoras;

2.39. Deve ser licenciada para gerenciar servidores Microsoft e suportar a integração com o ambiente DHCP Microsoft sem a necessidade de instalação de

agentes nos servidores Microsoft ou qualquer tipo de plug-in.

2.40. A comunicação com o ambiente Microsoft deve ser feita através de chamadas de MMC (Microsoft Management Console) nativas Microsoft;

2.41. Deve permitir a autenticação e integração com RADIUS, LDAP, Tacacs+ e Active Directory;

2.42. A administração da solução deve permitir definir diferentes níveis de grupos e usuários para administração;

2.43. Deve permitir a criação de filtros específicos atualizáveis dinamicamente quando houver mudanças proporcionando a obtenção e apresentação dos resultados em tempo real;

2.44. A solução deve possuir mecanismos para criação de filtros DHCP a fim de aumentar o controle na entrega dos endereços IP.

2.45. A solução deve possuir ferramenta de workflow;

2.46. A solução deve ter administração baseada em atributos;

2.47. Deve permitir importar informações de rede e sub-rede através de arquivos .CSV e XLS;

2.48. A solução deve possuir funções de split (separar) e join (agrupar) redes e subredes;

2.49. Deve permitir a criação de pastas inteligentes para agrupar objetos baseados em atributos;

2.50. Deve possuir funcionalidade de alocação da próxima rede ou IP disponível;

2.51. Possuir funcionalidade para programar, através da definição de data e horário, as alterações na rede;

2.52. Possuir funcionalidade para programar, através da definição de data e horário, os backups das configurações e banco de dados;

2.53. Possuir capacidade de reverter configurações sem a necessidade de restauração de backup;

2.54. Incorporar as seguintes características para análise, relatórios e rastreabilidade dos IPs:

2.54.1. Descobrimto de dispositivos IP e sincronização com o plano de endereçamento IP;

2.54.2. Logs e relatórios de auditoria,

- 2.54.3. Informações do histórico dos endereços IP,
- 2.54.4. Atributos customizáveis do IPAM, para melhor organização e exibição dos dados.
- 2.54.5. Capacidade de exportar qualquer tabela IP para CSV,
- 2.54.6. Capacidade de configurar alertas de utilização de endereços IP,
- 2.54.7. Prover a funcionalidade de pesquisa global para fácil localização de uma sub-rede e endereços IPs.
- 2.54.8. Lista de alterações de configuração realizadas por usuário específico;
- 2.54.9. Nível de utilização DHCP, em números percentuais e absolutos, de endereços IP para cada uma das redes ou blocos IP selecionados do sistema;
- 2.54.10. Possuir capacidade de realizar alta disponibilidade de redes e sub-rede com release / renew DHCP;
- 2.54.11. Capacidade de listar todas as configurações e implementações que ocorreram no Sistema;
- 2.54.12. Capacidade de listar todos os objetos do sistema que possuam alguma Tag ou Label (Etiqueta) específica.
- 2.54.13. Capacidade de listar todos os objetos que tenham algum Campo Personalizado pelo usuário com um valor específico.
- 2.54.14. Apresentar gráfico de resumo das informações de redes DHCP que estão em uso;
- 2.54.15. Apresentar gráfico de monitoração da Descoberta de uma rede;
- 2.54.16. Apresentar gráfico que permita que os appliance virtuais sejam monitorados e assim possibilitar a descoberta de falhas no ambiente.

3. Aquisição de solução em appliance físico para Proteção Avançada contra ataques ao serviço de DNS Externo:

- 3.1. A solução de Proteção Avançada de DNS Externo deve ser baseada em appliance físico - solução de hardware projetado especificamente para as funções DNS e DNS DDoS com intuito principal de bloquear ataques de ressonância, amplificação, cache poisoning e reflexão;
- 3.2. Os acessos legítimos de DNS não podem ser impactados por mau funcionamento da solução ou eventos de falsos positivos gerados por este equipamento;

3.3.O appliance não deve apresentar características de servidores de uso geral como entrada de vídeo, teclado, mouse e unidade de CD/DVD. Todos os appliances devem ser blindados e não possuir expostos os seus componentes;

3.4.Os equipamentos ofertados devem possuir no mínimo as seguintes interfaces de conectividade:

3.4.1. Possuir interface de dados do tipo ASICs dedicadas para proteção de ataques volumétricos de DDoS;

3.4.2. Possuir no mínimo 01 interface de gerência do tipo Gigabit Ethernet ou 10Gbps SFP+;

3.4.3. Possuir no mínimo 01 interface para alta disponibilidade dedicada entre os equipamentos;

3.4.4. Possuir no mínimo 02 interfaces 10Gbps SFP+ Lan para operar em regime Ativo/Ativo em segmentos de redes locais distintos ou Ativo/Passivo (Redundância de interfaces);

3.5.A solução deve ser composta por hardware e software fornecidos pelo mesmo fabricante;

3.6.Deve ser fornecido com fontes de alimentação redundantes 110/220V AC;

3.7.A solução deve ter a habilidade de detectar, monitorar, controlar e mitigar ataques baseados em DNS sem gerar nenhum impacto ao tráfego válido de DNS;

3.8.Cada equipamento isolado deve possuir desempenho DNS de pelo menos 50.000 QPS (Queries Per Second);

3.9.Deve suportar pelo menos 880 mil de objetos no banco de dados;

3.10. A solução deve prover uma estrutura centralizada de gerenciamento provendo total visibilidade do que está ocorrendo na rede, bem como permitindo a rápida identificação de problemas para correção imediata;

3.11. A solução deverá bloquear requisições maliciosas (ataques), enquanto permite o tráfego legítimo de requisições de DNS;

3.12. A solução deverá suportar mecanismo de “assinaturas”, ou técnicas semelhantes, que permitam ao fabricante disponibilizar regras de bloqueios contra novos ataques conforme surgimento;

3.13. As assinaturas de proteção disponibilizadas pelo fabricante deverão obedecer aos seguintes critérios:

3.13.1. A solução ofertada deverá possuir mecanismos para obter automaticamente novas assinaturas, sem depender de intervenção manual;

3.13.2. A solução deve permitir a atualização da base de assinaturas de bloqueios em modo off-line, ou seja, baixar o arquivo de atualização e instalar o mesmo no appliance sem necessidade de acesso à Internet;

3.13.3. Novas assinaturas poderão entrar em produção automaticamente, ou depender de uma intervenção manual, conforme desejado pelo administrador da solução ofertada;

3.14. A solução deverá permitir que o administrador crie regras customizadas de bloqueio, da seguinte maneira:

3.14.1. Bloqueio de nomes de domínio totalmente qualificados em consultas de DNS feitas via TCP;

3.14.2. Bloqueio de nomes de domínio totalmente qualificados em consultas de DNS feitas via UDP;

3.14.3. Bloqueio de endereços de origem IPv4 ou IPv6 em consultas realizadas via TCP. Esta regra deverá permitir a configuração de endereços de hosts ou de redes;

3.14.4. Bloqueio de endereços de origem IPv4 ou IPv6 em consultas realizadas via UDP. Esta regra deverá permitir a configuração de endereços de hosts ou de redes;

3.14.5. Configuração de limites de quantidades de consultas de DNS (rate limit) realizadas via UDP por nome de domínio totalmente qualificado;

3.14.6. De acordo com o IP de origem, configurar limite (rate limit) para consultas realizadas via TCP;

3.14.7. De acordo com o IP de origem, configurar limite (rate limit) para consultas realizadas via UDP;

3.14.8. Criar “Listas brancas” que permitam a realização de qualquer número de consultas de DNS por segundo, para determinado endereço IP de origem;

3.15. A solução ofertada deverá proteger contra os seguintes ataques de DNS:

3.15.1. Reflexão;

3.15.2. Anomalias de Protocolo;

- 3.15.3. Negação de Serviço;
- 3.15.4. Negação de Serviços Distribuídos;
- 3.15.5. Amplificação;
- 3.15.6. Tunelamento;
- 3.15.7. Reconhecimento;
- 3.15.8. Explorações (Exploit);
- 3.15.9. Envenenamento do cache;
- 3.15.10. Excessos (Floods);

3.16. A solução deverá fornecer nativamente, ou através da integração com uma solução de relatórios, pelo menos os seguintes relatórios:

- 3.16.1. Quantidade de eventos registrados por horário;
- 3.16.2. Quantidade de eventos por severidade;
- 3.16.3. Quantidade de eventos por regra;
- 3.16.4. Quantidade de eventos por tendência;
- 3.16.5. Quantidade de eventos por categoria.

4. Aquisição de solução em appliance virtual para Gerenciamento de Ativos de Rede:

4.1. A solução deve executar análise de problemas do ambiente de switches, roteadores, balanceadores de cargas de diferentes fabricantes;

4.2. Deve realizar avaliação de erros, configurações inadequadas e mudanças dos equipamentos de rede;

4.3. Obter informações dos equipamentos por intermédio de:

- 4.3.1. SNMP
- 4.3.2. Fingerprint
- 4.3.3. SSH
- 4.3.4. VRF

4.4. A solução deve permitir o cadastro das credenciais SSH e comunidades SNMP, além de verificar a utilização indevida de credenciais e comunidades default dos fabricantes;

4.5. A solução deve suportar as melhores práticas de mercado tais como: (PCI, ITIL, SOX, HIPAA, ISO27000, etc) a fim que possa garantir a conformidade da

configuração dos dispositivos de rede;

4.6.A solução deve permitir a criação de diferentes perfis de grupos e usuário a fim de auditar e registrar todas as mudanças realizadas no ambiente de rede;

4.7.A solução deve ser capaz de interagir com o sistema de IPAM e realizar transferência de informações dos dispositivos de rede como (nome do switch, nome da porta, nome do host, VLAN, velocidade da porta, etc) com o propósito de elaboração de relatórios de inventário e auditoria da rede lógica;

4.8.A solução deve capturar e armazenar arquivos de configuração dos equipamentos e manter o histórico de mudanças e configurações;

4.9.A solução deve descobrir dispositivos de rede nível 2 e nível 3 de forma automática e ser capaz de representar graficamente a sua topologia;

4.10. A solução deve detectar alterações na rede em tempo real (por exemplo, as mudanças na versão do sistema operacional, endereço IP, nome de host, arquivos de configuração, troca de hardware, software e configuração de atributos modelados (Exemplo: ACL, VLAN, etc));

4.11. A solução deve detectar alterações na rede delineadas por uma pesquisa;

4.12. A solução deve detectar alterações de configurações nos equipamentos de rede e mostrar de forma gráfica os mais afetados;

4.13. A solução deve comparar versões de configuração dos dispositivos utilizando uma tela intuitiva e destacar as diferenças entre a configuração capturada em tempo real e a configuração anterior. Deve também manter em sua base de dados todo histórico de alterações;

4.14. A solução deve permitir a criação de scripts (templates) a ser executado em um único dispositivo ou em um grupo de dispositivos de rede;

4.15. A solução deve fornecer informações para todos os dispositivos (por exemplo, tipo de dispositivo, fabricante, modelo, sistema operacional, endereço IP, nome do host, arquivos de configuração de texto e de hardware, software e atributos de configuração (Exemplo: ACL, VLAN, etc) para os dispositivos inventariados;

4.16. A solução deve fornecer informações de alerta quando detectadas alterações na configuração dos dispositivos;

4.17. A solução deve informar todas as alterações de configuração feitas para um período de tempo para todos os dispositivos inventariados;

4.18. A solução deve informar quais foram as alterações de configurações feitas a um grupo específico de dispositivos (por exemplo, dispositivos do mesmo fabricante / modelo, dispositivos no mesmo local geográfico);

4.19. A solução deve apresentar alertas em tempo real detectados quando as políticas forem violadas;

4.20. A solução deve apresentar relatórios pré-definidos em conformidade;

4.21. A solução deve permitir que os usuários administradores criem e atualizem novos relatórios.

4.22. Avaliação de topologia de rede incluindo VLANs e portas, com monitoração em tempo real;

4.23. Deve Monitorar mudanças de configuração dos equipamentos de rede;

4.24. Deve permitir a mudança das principais configurações por intermédio da interface gráfica única;

4.25. Relatórios de inventário de portas, switches, roteadores e hosts;

4.26. Relatórios de conformidade com a norma PCI de todos os equipamentos, indicando características inadequadas e adequadas e respectivas correções.

5. Aquisição de solução integrada em appliance virtual para Gerenciamento e Visualização de Relatórios de DNS, DHCP e IPAM (DDI), incluindo Firewall de DNS Interno:

5.1. Deve ser baseada em appliance virtual – solução projetada especificamente para as funções gerenciais de emissão de relatórios de DNS, DHCP e IPAM.

5.2. Deve permitir no mínimo 01 (uma) interface definida para gerência;

5.3. Deve permitir no mínimo 02 (duas) interfaces para conexão a redes locais (LANs);

5.4. Deve implementar os serviços de relatórios para as soluções de DNS, segurança de DNS, DHCP e IPAM (Soluções DDI e Solução de Descoberta de Ativos de Rede);

5.5. Deve suportar integração com a solução de DNS, DHCP e IPAM e gerar relatórios sobre a utilização destes serviços;

5.6. Deve suportar autenticação através de Active Directory, Tacacs+, Radius e LDAP;

5.7. Deve possuir capacidade de processar 5 Gb de logs por dia;

5.8. Deve ser integrado com a administração do DNS, DHCP e IPAM (Solução DDI), permitindo que os relatórios e administração dos serviços sejam realizados através de uma console única.

5.9. Deve integrar autenticação de usuário do MS Active Directory, Tacacs+, Radius, a fim de assegurar a uniformidade e consistência da configuração e parametrização do sistema;

5.10. Deve suportar a criação de grupos de usuários que permitam a administração baseada em diferentes perfis de acesso às configurações do sistema (leitura/escrita, só leitura);

5.11. Deve fornecer pelo menos os seguintes relatórios de DNS:

5.11.1. Estatísticas de DNS por View de DNS;

5.11.2. Estatísticas de DNS por Zonas;

5.11.3. Taxa de tendências de DDNS;

5.11.4. Últimas consultas a zonas de DNS;

5.11.5. Últimas consultas a registros de DNS;

5.11.6. Tendência de latência de resposta de DNS;

5.11.7. Nomes de domínios de DNS mais requisitados;

5.11.8. Tendência de uso do cache de DNS;

5.11.9. Top clientes de DNS;

5.11.10. Taxa de consultas de DNS por tipo de registro;

5.11.11. Tendências de respostas de DNS;

5.11.12. Taxa de consultas de DNS diária por servidor;

5.11.13. Pico de consultas diárias de DNS por servidor;

5.11.14. Top DNS NXDOMAIN/Noerror;

5.11.15. Top SERVFAIL enviados e recebidos;

5.11.16. Top clientes por domínio de DNS;

5.11.17. Nomes de domínios com conteúdo malicioso;

5.11.18. Principais domínios maliciosos;

5.11.19. Principais acessos ao DNS Firewall.

5.12. Deve fornecer pelo menos os seguintes relatórios de DHCP e IPAM:

5.12.1. Estatísticas de uso de redes IPv4 no IPAM;

5.12.2. Top de redes IPv4 mais utilizadas no IPAM;

- 5.12.3. Top de redes IPv4 mais utilizadas no DHCP;
- 5.12.4. Utilização de IPs;
- 5.12.5. Tendência de sistemas operacionais no DHCP;
- 5.12.6. Top de Sistemas Operacionais no DHCP;
- 5.12.7. Histórico de Leases no DHCP;
- 5.12.8. Top clientes com Lease de DHCP;
- 5.12.9. Estatísticas de uso do DHCPv4;
- 5.12.10. Tendências de utilização de ranges de IP no DHCP;
- 5.12.11. Tendência de uso do DHCPv4;
- 5.12.12. Tendência de taxas de mensagens DHCPv4.

3.0. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 3.1. Prestar as informações e os esclarecimentos essenciais à realização dos fornecimentos e dos serviços contratados que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 3.2. Proporcionar as condições necessárias para a CONTRATADA executar o fornecimento do objeto do presente Termo de Referência;
- 3.3. Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA às suas dependências. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas do CONTRATANTE, principalmente as de segurança, inclusive àquelas referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências;
- 3.4. Fiscalizar a execução dos serviços por intermédio de técnico formalmente designado pela Coordenação-Geral de Tecnologia do CONTRATANTE;
- 3.5. Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no presente Termo de Referência;
- 3.6. Efetuar os chamados de suporte técnico e avaliar sua execução;
- 3.7. Verificar a regularidade junto ao SICAF antes de cada pagamento;
- 3.8. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com a forma e prazos estabelecidos;
- 3.9. Homologar os serviços prestados, quando estes estiverem de acordo

com o especificado no Termo de Referência;

- 3.10. Aplicar as penalidades cabíveis, caso a CONTRATADA venha descumprir os níveis de serviços contratados;
- 3.11. Permitir que somente pessoas autorizadas pela CONTRATADA prestem o suporte técnico especializado e realizem a operação assistida;
- 3.12. Disponibilizar todos os meios necessários para a execução dos serviços contratados;

Emitir, por intermédio da Diretoria de Tecnologia do CONTRATANTE, relatórios sobre os atos relativos à execução do contrato que vier a ser firmado, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, à exigência de condições estabelecidas e proposta de aplicação de sanções, quando solicitados.

4. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1. Dar integral cumprimento à sua proposta e às condições descritas neste Termo de Referência, as quais passam a integrar o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição;
- 4.2. Apresentar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, na forma do art. 56, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93;
- 4.3. Fiscalizar e responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente de sua culpa ou dolo, na execução do fornecimento e na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, independentemente do controle e fiscalização;
- 4.4. Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de aplicação de multa e demais cominações;
- 4.5. Utilizar nos serviços mão de obra qualificada e tecnicamente habilitada para o fim a que se destina;
- 4.6. Providenciar a substituição imediata dos profissionais alocados ao serviço que, eventualmente, não atendam aos requisitos deste Termo de Referência ou por solicitação do CONTRATANTE, devidamente justificada;
- 4.7. Prover pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições

da legislação trabalhista vigente;

- 4.8. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- 4.9. Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta e indiretamente, causar ou provocar ao CONTRATANTE;
- 4.10. Obter todas as autorizações, aprovações e franquias necessárias à execução dos fornecimentos e dos serviços, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando as leis, regulamentos e posturas aplicáveis. É obrigatório o cumprimento de quaisquer formalidades e o pagamento, à sua custa, das multas porventura impostas pelas autoridades, mesmo daquelas que, por força dos dispositivos legais, sejam atribuídas à Administração Pública;
- 4.11. Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do contrato. A fusão, cisão ou incorporação só será admitida com o consentimento prévio e por escrito pelo CONTRATANTE;
- 4.12. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- 4.13. Comunicar à Coordenação-Geral de Tecnologia do CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 4.14. Comunicar à fiscalização do CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
- 4.15. Informar o nome do Responsável pelos serviços e o número de telefone para contato a fim de atender as solicitações do CONTRATANTE 24 horas por dia x 7 dias por semana;
- 4.16. Condições de Manutenção de Sigilo e Responsabilidade:
 - 4.16.1. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto

à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações, contidos em quaisquer documentos e em quais mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais informações;

4.16.2.No ato da assinatura do contrato, o representante da CONTRATADA deverá assinar o TERMO DE COMPROMISSO e o TERMO DE CIÊNCIA (anexos);

4.16.3.Também deverá assinar o TERMO DE CIÊNCIA cada um dos profissionais técnicos que atenderem o CONTRATANTE durante a vigência do contrato;

4.17.Manter durante o período de vigência do contrato a ser firmado, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.18.Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE e a terceiros;

4.19.Todos os profissionais devem ser credenciados junto ao CONTRATANTE, através do TERMO DE CREDENCIAMENTO (anexo), para que sejam autorizados a retirar e entregar documentos, bem como prestar serviços em qualquer dependência do CONTRATANTE;

4.20.A futura contratada deverá seguir as orientações contidas nas normas e na Política de Segurança da Informação e Comunicações do CONTRATANTE;

4.21.A CONTRATADA deverá seguir os critérios e práticas de sustentabilidade indicados no subitem 19.22 do item Forma de Contratação deste Termo de Referência que indica a Instrução Normativa SLTI nº 01/2010 e no subitem 19.19 que consta o Decreto nº 7.746/2012: Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Compete à empresa contratada a execução, às suas expensas, de todo e qualquer serviço necessário à completa execução e perfeito funcionamento do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. DO SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO

- 5.1.1. O serviço de suporte técnico especializado consiste em manutenção preventiva e manutenção corretiva da solução;
- 5.1.2. A execução do serviço de suporte técnico especializado e de atualização de versões deverá ser realizada por profissional certificado pelo fabricante da solução sem custos adicionais para o CONTRATANTE, durante o período de licenciamento, suporte técnico e garantia, sendo indispensável a apresentação de documentação original do fabricante que comprove a validade da certificação enquanto durar o vínculo contratual, podendo ser solicitada a qualquer momento;
- 5.1.3. O serviço de suporte técnico deverá ser realizado em regime de 24 (vinte e quatro) horas por 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano, no idioma português, devendo a empresa possuir uma central de atendimento sem custos para o CONTRATANTE e atender aos chamados da equipe técnica nos prazos que se seguem:
- a) Em no máximo 01 (uma) hora para suporte telefônico, após a abertura do chamado;
 - b) Em no máximo 04 (quatro) horas para suporte no local, após a solicitação de correção de problemas;
 - c) Início do atendimento: hora da abertura do chamado técnico;
 - d) Término do chamado: momento em que a solução torna-se operacional e com todas as funcionalidades disponíveis para uso, com ateste do responsável técnico do CONTRATANTE;
- 5.1.4. Se o problema não for resolvido em no máximo 10 (dez) dias, a partir do registro do chamado, a solução deverá ser integralmente substituída, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis subsequentes;
- 5.1.5. Durante o período de vigência do suporte técnico e garantia, quando for o caso, todos os firmwares e softwares deverão ser atualizados a cada nova versão ou correção, sem nenhum custo adicional para o CONTRATANTE;
- 5.1.6. A atualização do hardware poderá ocorrer desde que seja necessária

para o funcionamento das novas versões do software previstas durante o período de licenciamento e que o hardware proposto seja igual ou superior ao existente em produção no CONTRATANTE;

- 5.1.6.1. Se ocorrer uma atualização do hardware, esta deverá ser custeada pela empresa vencedora da licitação.
- 5.1.7. Deverá fornecer atualizações de software recomendadas para manter o bom funcionamento da solução, sem ônus adicionais;
- 5.1.8. O serviço de suporte técnico poderá ser atendido através de contato telefônico, por e-mail ou nas dependências do CONTRATANTE, sendo este critério decidido pela equipe técnica do CONTRATANTE;
- 5.1.9. A CONTRATADA deverá possuir sistema de abertura de chamados para que o CONTRATANTE possa receber um identificador único para cada solicitação de atendimento e que tenha recurso(s) (e-mail, página web, central telefônica ou etc.) que possa manter a equipe técnica do CONTRATANTE informada sobre o andamento de cada chamado, esteja ele aberto, em andamento ou fechado.

5.2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

- 5.2.1. Da Manutenção Preventiva:
- 5.2.2. A manutenção preventiva será destinada a atualizar os componentes do software e a realizar quaisquer operações que evitem uma parada parcial ou total da solução;
- 5.2.3. Durante a manutenção preventiva a CONTRATADA deverá analisar a solução, sua condição atual de funcionamento, seus logs de sistema e sugerir mudanças para uma melhor prática de utilização da ferramenta. A equipe técnica do CONTRATANTE decidirá sobre a aplicação ou não das recomendações;
- 5.2.4. A manutenção preventiva deverá ser executada mensalmente conforme cronograma a ser definido em conjunto com o gestor do contrato e equipe técnica do CONTRATANTE;
- 5.2.5. Deverá ser apresentado pela CONTRATADA, até 10 (dez) dias após a assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, um cronograma anual das manutenções preventivas previstas no contrato;
- 5.2.6. O cronograma anual poderá sofrer adequações durante o ano vigente,

desde que a CONTRATADA e o CONTRATANTE estejam de acordo e que não seja descumprido o atendimento mensal;

5.2.7. Deverá ser gerado um relatório técnico mensal em 3 (três) vias a cada manutenção preventiva, que deverá ser entregue até 5 (cinco) dias após a visita da CONTRATADA, para a equipe técnica do CONTRATANTE, que dará ciência no documento e arquivará internamente uma das vias após análise e aceitação do seu conteúdo;

5.2.8. Da Manutenção Corretiva:

5.2.9. A manutenção corretiva será destinada a remover os defeitos apresentados pelos componentes de software e hardware de toda solução objeto do contrato, compreendendo também a atualização de versões e correções dos componentes de software e hardware que se fizerem necessários;

5.2.10. A manutenção corretiva será realizada sempre que a solução apresentar falha que impeça o seu funcionamento regular e requeira uma intervenção técnica especializada e mesmo a substituição de seus componentes;

5.2.11. A manutenção corretiva pode ser solicitada a qualquer momento em que o sistema apresente pane, deficiência ou dificuldade de operação.

5.2.12. As visitas para prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva, independentemente da quantidade necessária, não implicarão em custos adicionais para o CONTRATANTE e deverão estar inclusas no custo mensal proposto do suporte de cada item do objeto.

5.3. DA OPERAÇÃO ASSISTIDA

5.3.1. A horas de Operação Assistida serão utilizadas sob demanda, a critério do CONTRATANTE, para realização da manutenção preventiva e corretiva e das atividades relacionadas à solução;

5.3.2. Os serviços de operação assistida incluem no mínimo as seguintes atividades:

5.3.3. Execução de atividades operacionais, utilizando os procedimentos mais adequados e adaptados à realidade do ambiente do CONTRATANTE;

- 5.3.4. Execução de atividades de manutenção corretiva, utilizando os procedimentos que permitam maior eficiência e eficácia na solução de falhas;
- 5.3.5. Execução de atividades de manutenção preventiva, rotinas de testes, análises e medidas, utilizando procedimentos que assegurem uma mínima interferência na operação e máxima disponibilidade da solução;
- 5.3.6. Elaboração de procedimentos especiais ou detalhamento de procedimentos padrão, documentados e adaptados à realidade do ambiente do CONTRATANTE;
- 5.3.7. Elaboração de relatórios de atividades, detalhando os procedimentos realizados e eventuais ajustes, se necessário;
- 5.3.8. Benefícios esperados:
- 5.3.9. Garantia de que a solução seja operada seguindo procedimentos de melhores práticas;
- 5.3.10. Redução da curva de aprendizado e transferência de conhecimento para a equipe do CONTRATANTE;
- 5.3.11. Melhor performance e disponibilidade da solução;
- 5.3.12. Redução de impacto de implantação e melhorias, com menores índices de incidentes gerados em função de mudanças;
- 5.3.13. Padronização de procedimentos, possibilitando que o CONTRATANTE execute as atividades operacionais com sua própria equipe;
- 5.3.14. Procedimentos em conjunto com o fabricante da solução, para situações em que o ambiente do CONTRATANTE esteja sob ataque, destinado a prover o conhecimento para as medidas necessárias à defesa do ambiente;
- 5.3.15. Procedimentos de ajuste para manter a solução adquirida pelo CONTRATANTE provendo a melhor utilização de suas funcionalidades;
- 5.3.16. Reuniões técnicas, mensais ou a critério do CONTRATANTE, para planejamento e execução de serviços com vistas à melhoria do ambiente instalado;

- 5.3.17. Reuniões gerenciais, mensais ou a critério do CONTRATANTE, para avaliação e acompanhamento dos serviços oferecidos;
- 5.3.18. Entrega de relatórios ao final do período de operação assistida, contendo informações sobre atividades desenvolvidas e recomendações sobre como melhor utilizar a tecnologia;
- 5.3.19. Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá efetuar vistoria técnica nas dependências do CONTRATANTE de modo a realizar análise e implementar as alterações necessárias;
- 5.3.20. O serviço de operação assistida deverá ser prestado de forma presencial no endereço local do CONTRATANTE ou outro indicado por ele;
- 5.3.21. Para atendimento ao serviço de operação assistida a CONTRATADA somente poderá empregar profissionais capacitados e certificados nos produtos fornecidos;
- 5.3.22. O CONTRATANTE oficializará a solicitação deste apoio por meio da emissão de uma “Ordem de Serviço – OS”, de acordo com o modelo do ENCARTE H do Termo de Referência;
- 5.3.23. A Ordem de Serviço deverá conter no mínimo: descrição do serviço, prazo para a execução do serviço, período para a execução do serviço, local da execução do serviço, especificações técnicas do serviço e produtos esperados;
- 5.3.24. Os serviços prestados deverão estar no mínimo de acordo com as especificações constantes na Ordem de Serviço;
- 5.3.25. O controle da execução dos serviços se dará em 03 (três) momentos, a saber: no início da execução – quando a “Ordem de Serviço – OS” é emitida pelo CONTRATANTE, durante a execução – com o acompanhamento e supervisão de responsáveis do CONTRATANTE, e ao término da execução – com o fornecimento de “Relatórios de Atividade da Operação Assistida” pela CONTRATADA e atesto dos mesmos por responsáveis do CONTRATANTE;

5.3.26. A partir da emissão da “Ordem de Serviço – OS”, a CONTRATADA terá até 05 (cinco) dias corridos para iniciar a sua execução, ressalvados os casos em que comprovadamente seja necessário um atendimento imediato de manutenção corretiva ou prioridade alta do CONTRATANTE;

5.3.27. O CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA quando uma “Ordem de Serviço – OS” estiver sendo elaborada para que a CONTRATADA possa se manifestar no interesse de agendamento de reunião para definição de procedimentos e horas necessárias para execução dos serviços;

5.3.28. As horas e procedimentos previstos inicialmente quando da abertura da “Ordem de Serviço – OS” serão validados no final das atividades e poderão sofrer adequações para estarem de acordo com o que foi efetivamente executado;

5.3.29. Este serviço deve estar disponível para acionamento no sistema 24 horas por dia x 7 dias por semana.

5.4. ESTIMATIVA DO VOLUME DE BENS/ SERVIÇOS

5.4.1. Aquisição de ferramenta em appliance virtual para Gerenciamento Centralizado de toda solução com suporte pelo período de 36 meses.

Estimativa: 2 (duas) unidades.

5.4.2. Aquisição de solução em appliance virtual para Gerenciamento de DNS, DHCP e IPAM (DDI), incluindo Firewall de DNS Interno, com suporte pelo período de 36 meses

Estimativa: 2 (duas) unidades.

5.4.3. Aquisição de solução em appliance físico para Proteção Avançada contra ataques ao serviço de DNS Externo com suporte pelo período de 36 meses.

Estimativa: 2 (duas) unidades.

5.4.4. Aquisição de solução em appliance virtual para Gerenciamento de Ativos de Rede, licenciada para 100 dispositivos, com Suporte pelo período de 36 meses.

Estimativa: 1 (uma) unidade.

5.4.5. Aquisição de solução integrada em appliance virtual para Gerenciamento e Visualização de Relatórios de DNS, DHCP e IPAM (DDI), incluindo Firewall de DNS Interno, com Suporte pelo período de 36 meses.

Estimativa: 1 (uma) unidade.

5.4.6. Operação Assistida.

Estimativa: 2500 (duas mil e quinhentas) horas.

Todos os itens tiverem seus quantitativos definidos através do estudo preliminar que apontou a real necessidade da solução para o Inep e sua aderência ao ambiente tecnológico do Instituto. Alguns itens foram calculados baseados na utilização dos serviços de DNS interno e externo, além do serviço de DHCP. Outro item teve como base a quantidade de ativos de rede atuais do Inep. Os itens de gerenciamento e relatório foram calculados para atuar em toda solução contratada. O quantitativo da operação assistida diz respeito a possível utilização de horas por alguns dias da semana vezes meses vezes três anos.

6. PRAZOS E CONDIÇÕES

6.1. A CONTRATADA deverá fornecer os produtos e prestar os serviços descritos no objeto nos prazos abaixo:

ID	Descrição	Prazo
1	Aquisição de ferramenta em appliance virtual para Gerenciamento Centralizado de toda solução com suporte pelo período de 36 meses.	Em até D + 45 dias
2	Aquisição de solução em appliance virtual para Gerenciamento de DNS, DHCP e IPAM (DDI), incluindo Firewall de DNS Interno, com suporte pelo período de 36 meses.	Em até D + 45 dias
3	Aquisição de solução em appliance físico para Proteção Avançada contra ataques ao serviço de DNS Externo com suporte pelo período de 36 meses.	Em até D + 45 dias
4	Aquisição de solução em appliance virtual para Gerenciamento de Ativos de Rede, licenciada para 100 dispositivos, com Suporte pelo período de 36 meses.	Em até D + 45 dias
5	Aquisição de solução integrada em appliance virtual para Gerenciamento e Visualização de Relatórios de DNS,	Em até D + 45 dias

	DHCP e IPAM (DDI), incluindo Firewall de DNS Interno, com Suporte pelo período de 36 meses.	
6	Operação Assistida.	A partir do TRD e quando houver demanda do CONTRATANTE.

* A data da assinatura do contrato será considerada o dia D.

* A data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo será considerada o dia TRD.

6.2. O prazo de vigência deste **contrato** será de **40 (quarenta) meses**, a contar da data de sua assinatura, sendo 45 (quarenta e cinco) dias corridos para recebimento dos produtos, nos termos das disposições contidas no art.73 c/c §7º do art.15, todos da lei nº 8.666/93;

6.3. O serviço de **suporte técnico especializado** será mensal com uma vigência de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência;

6.4. O serviço de operação assistida poderá ser contratado a qualquer tempo, conforme demanda do CONTRATANTE, através de abertura de Ordem de Serviço. Esse serviço poderá ser utilizado após a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO e durante a vigência do contrato, não sendo obrigatória a utilização de todas as horas contratadas;

6.5. O **licenciamento** da solução terá vigência de **36 (trinta e seis) meses** e o CONTRATANTE terá direito a toda e qualquer nova atualização do software, seja versões, patches, hotfixes ou assinaturas e subscrições de segurança que fizerem parte da solução durante esse período.

7. INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS

7.1. O CONTRATANTE reserva-se o direito de efetuar inspeções e diligências para sanar quaisquer dúvidas existentes, podendo efetuá-las de maneira presencial ou através de documentação,

em qualquer momento da contratação.

8. ACEITE E RECUSA

- 8.1. Das Condições de Recebimento: o recebimento dos itens que compõe a solução de segurança objeto do certame deverá ser efetuado pela comissão de recebimento de material permanente do CONTRATANTE;
- 8.2. A CONTRATADA terá até **45 (quarenta e cinco) dias** a contar da data de assinatura do contrato para entrega dos produtos relativos ao objeto;
- 8.3. Os itens serão recebidos da seguinte forma:
- a) Provisoriamente, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da entrega da solução de segurança que consiste em equipamento e licenciamento do software embarcado, para posterior verificação da conformidade e quantidade com as especificações técnicas, o qual será emitido o respectivo TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.
 - b) Definitivamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, depois de concluída a verificação de conformidade e quantidades, ocasião em que será emitido o respectivo TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.
- 8.4. Uma vez entregue a solução, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá o seguinte procedimento:
- a) A empresa vencedora procederá com a instalação da solução para a realização dos testes de funcionamento, na presença e supervisão de técnicos da Coordenação-Geral de Tecnologia do CONTRATANTE, sendo posteriormente aferido e testado o seu perfeito funcionamento.
- 8.5. Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:
- a) Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e da proposta vencedora;

- b) Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação ou instalação;
- c) Nos casos de recusa do produto, a empresa fornecedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pelo CONTRATANTE.

9. DO PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento dos itens de 1 a 5 referentes à aquisição ocorrerá em parcela única, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, mediante emissão de ordem bancária para crédito em conta da licitante vencedora, conforme disposto no Artigo 40 Inciso XIV alínea “a” da Lei 8.666/93. O prazo para pagamento será de até 05 (cinco) dias úteis após apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Coordenação-Geral de Infraestrutura e Serviços do CONTRATANTE e comprovada a regularidade da empresa, mediante consulta “online” ao SICAF;
- 9.2. O pagamento do Serviço de Operação Assistida ocorrerá a qualquer tempo conforme quantidade de horas técnicas demandadas, após a efetiva realização dos procedimentos solicitados e a apresentação da referida Ordem de Serviço e relatório da execução devidamente preenchidos e assinados, mediante emissão de ordem bancária para crédito em conta da licitante vencedora, conforme disposto no Artigo 40 Inciso XIV alínea “a” da Lei 8.666/93. O prazo para pagamento será de até 05 (cinco) dias úteis após apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Coordenação-Geral de Infraestrutura e Serviços do CONTRATANTE e comprovada a regularidade da empresa, mediante consulta “online” ao SICAF.

10. GARANTIA

- 10.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia do fabricante por

36 (trinta e seis) meses para os itens adquiridos, contados a partir da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

- 10.2. A garantia deverá ser do fabricante;
- 10.3. Deve ser fornecida garantia de atualização de softwares para um período de validade de 36 (trinta e seis) meses;
- 10.4. Deve ser fornecida garantia de reposição de hardware, por um prazo de 36 (trinta e seis) meses, para situações em que sejam identificados problemas no hardware da solução de segurança contratada;
- 10.5. Em caso de falha no hardware a CONTRATADA deve disponibilizar um hardware reserva que irá permanecer em ambiente de produção da CONTRATANTE até o retorno do hardware original reparado ou novo em substituição, a critério do CONTRATANTE;
- 10.6. Deverá assegurar que o hardware substituto, em qualquer caso, seja igual ao contratado inicialmente ou que possua características superiores a este, desde que estejam homologadas pelo fabricante como parte compatível da solução;
- 10.7. O serviço de substituição de hardware será prestado na modalidade 24x7, ou seja, estará disponível para acionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- 10.8. Deverá substituir quaisquer peças ou componentes defeituosos em um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o primeiro atendimento relativo ao chamado, de acordo com a garantia e sem ônus para o CONTRATANTE;
- 10.9. Deverá assegurar que a substituição de qualquer componente defeituoso, em qualquer caso, seja feita por item equivalente ou que possua características superiores a estas, desde que estejam homologadas pelo fabricante como parte compatível da solução;
- 10.10. As peças de substituição devem ser novas, não sendo aceitas

peças usadas ou recondicionadas;

10.11. Deverá substituir, caso necessário, todo o equipamento, dentro dos prazos estabelecidos;

10.12. A reposição do(s) equipamento(s) quando diagnosticada a falha de hardware será feita em até 48 (quarenta e oito) horas após o primeiro atendimento relativo ao chamado;

10.13. A substituição do hardware será considerada consumada no momento em que a solução voltar ao seu funcionamento normal e for aceita formalmente pela equipe técnica do CONTRATANTE.

11. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

11.1. Abertura de chamado

Emissor: Equipe técnica do CONTRATANTE.

Destinatário: Suporte de atendimento da empresa a ser CONTRATADA.

Forma de Comunicação: Telefone e/ou e-mail que será informado pela empresa a ser CONTRATADA.

Periodicidade: conforme necessidade.

11.2. Notificação ou Advertência

Emissor: DTDIE/DGP.

Destinatário: Empresa a ser CONTRATADA.

Forma de Comunicação: Ofício.

Periodicidade: conforme intercorrência contratual.

11.3. Multa

Emissor: DTDIE/DGP.

Destinatário: Empresa a ser contratada.

Forma de Comunicação: Ofício.

Periodicidade: conforme intercorrência contratual.

11.4. Rescisão contratual

Emissor: DTDIE/DGP.

Destinatário: Empresa a ser CONTRATADA.

Forma de Comunicação: Ofício.

Periodicidade: conforme intercorrência contratual.

12. MODELO PARA GESTÃO DO CONTRATO

12.1.PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

12.1.1. Gestor do Contrato:

Servidor, em exercício no CONTRATANTE, com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado por autoridade competente.

12.1.2. Fiscal Técnico do Contrato:

Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE, responsável por realizar verificações e validações, de caráter técnico, da Solução de Tecnologia da Informação.

12.1.3. Fiscal Administrativo do Contrato:

Servidor representante da Área Administrativa do CONTRATANTE, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.

12.1.4. Fiscal Requisitante do Contrato:

Servidor representante da Área Requisitante, demandante da solução, responsável por realizar verificações e validações, de caráter funcional, da Solução de Tecnologia da Informação.

12.1.5. Preposto:

Funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões, legais e administrativas referentes ao andamento contratual, e resolver impedimentos gerais no nível tático/estratégico do contrato.

12.1.6. Técnico(s) da Contratada:

Funcionário(s) representante(s) da CONTRATADA, responsável(is) por executar as atividades/serviços contratados.

12.2.FORMAS DE ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

12.2.1. Durante a vigência do contrato todos os itens que compõe o objeto serão acompanhados e fiscalizados por servidor da Coordenação-Geral de Tecnologia do CONTRATANTE, designado com essa finalidade, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e

subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

12.2.2. O representante do CONTRATANTE anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos itens adquiridos e a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

12.2.3. A empresa vencedora deverá manter preposto para representá-la durante o fornecimento dos produtos e a execução dos serviços ora tratados, desde que aceito pelo CONTRATANTE;

12.2.4. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

12.3.METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

12.3.1. A avaliação da qualidade dos serviços prestados ocorrerá através do acompanhamento e avaliação dos atendimentos aos chamados de suporte técnico especializado junto com a manutenção preventiva mensal e a execução das ordens de serviços da operação assistida, seguindo os termos contratuais definidos neste Termo de Referência.

12.4.NÍVEIS DE SERVIÇO

12.4.1. Os níveis de serviços seguirão os padrões descritos nos serviços de suporte técnico especializado e operação assistida.

12.5. PROPRIEDADE, SIGILO E RESTRIÇÕES

12.5.1. Toda a documentação gerada durante a vigência do contrato deve ser repassada ao CONTRATANTE com todos os direitos de propriedade.

12.5.2. O CONTRATANTE deverá ser o único proprietário dos documentos e manuais gerados durante a vigência do contrato, devendo, para tanto, a CONTRATADA ceder ao CONTRATANTE, mediante cláusula contratual:

- a) Os direitos permanentes de instalação e uso do software, incluindo as licenças de uso das ferramentas de produtividade utilizadas para o desenvolvimento do sistema e necessárias para sua manutenção corretiva e/ou preventiva, operação assistida e todos os arquivos e programas necessários ao funcionamento do sistema a partir de ambiente computacional único,

independentemente do número de servidores, processadores utilizados e de usuários simultâneos;

- b) Os direitos permanentes de uso e instalação sobre todas as adequações ao software e atualizações corretivas ou a arquivos e rotinas a ele associadas, desenvolvidas em decorrência do Contrato, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE. Dessa forma, todos os direitos autorais da solução, documentação, scripts, códigos-fonte, bases de dados e congêneres desenvolvidos durante a execução dos produtos são do CONTRATANTE, ficando proibida a sua utilização pela CONTRATADA sem a autorização expressa do CONTRATANTE.

12.5.3. A CONTRATADA não poderá repassar a terceiros, em nenhuma hipótese, os códigos-fontes desenvolvidos especificamente para o CONTRATANTE, bem como qualquer informação sobre a arquitetura, documentação, assim como dados trafegados no sistema, dos produtos desenvolvidos e entregues, ficando responsável juntamente com o CONTRATANTE por manter a integridade dos dados e códigos durante a execução das atividades e também em período posterior ao término da execução dos serviços.

13. REGRAS PARA APLICAÇÃO DE MULTAS E SANÇÕES

ID	Evento	Ocorrência				Sanção / Multa
		1º	2º	3º	4ª	
1	Atraso no fornecimento dos produtos e/ou licenças adquiridos superior ao prazo inicial estipulado de 45 (quarenta e cinco) dias	X				Multa de 1% (um por cento) por dia sobre o valor do fornecimento com atraso, quando a CONTRATADA deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro.
2	Atraso superior a 20					Multa de 10% (dez por cento) por dia

	(vinte) dias no fornecimento dos produtos e/ou licenças adquiridos passados o prazo inicial		X		sobre o valor do contrato, quando a CONTRATADA deixar de cumprir a obrigação assumida.
3	Atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento dos produtos e/ou licenças adquiridos passados o prazo inicial			X	Será declarada inexecução do contrato.
4	Atraso na resolução de atendimento de chamado	X			Notificação alertando sobre as questões contratuais que devem ser cumpridas e sobre a possibilidade de multa, conforme prazos estipulados nos níveis de serviços.
5	Atraso na resolução do atendimento de chamado		X		Multa de 1% (um por cento) por dia sobre o valor do suporte mensal, quando a CONTRATADA deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, conforme prazos estipulados nos níveis de serviços.
6	Atraso na resolução de atendimento de chamado superior a 10 (dez) dias.			X	Multa de 10% (dez por cento) por dia sobre o valor do suporte mensal, quando a CONTRATADA deixar de cumprir a obrigação assumida.
7	Atraso na resolução de atendimento de chamado superior a 30 (trinta) dias			X	Será declarada inexecução do contrato por não cumprimento das cláusulas contratuais.

8	Na segunda ocorrência de recusa do produto entregue		X			Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do produto e prazo de 5 (cinco) dias para troca do produto entregue. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, conforme prazos estipulados nos níveis de serviços.
9	Na terceira ocorrência de recusa do produto entregue			X		Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto e prazo de 5 (cinco) dias para troca do produto entregue.
10	Após a terceira ocorrência de recusa do produto entregue				X	Será declarada inexecução do contrato por não cumprimento das cláusulas contratuais.
11	Atraso na troca do equipamento e/ou peças defeituosas	X				Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do produto por dia.
12	Atraso de mais de 2 (dois) dias do prazo estipulado no contrato para troca do equipamento e/ou peças defeituosas		X			Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto por dia.
13	Na terceira ocorrência de atraso na troca do equipamento e/ou peças defeituosas			X		Será declarada inexecução do contrato por não cumprimento das cláusulas contratuais.
14	Não informar o nome e o contato dos responsáveis pelo atendimento ao CONTRATANTE	X				Notificação alertando sobre as questões contratuais que devem ser cumpridas e sobre a possibilidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do suporte mensal, por dia de atraso no cumprimento.
15	Não utilizar mão de	X				Notificação alertando sobre as questões

	obra qualificada e tecnicamente habilitada para atendimento ao CONTRATANTE					contratuais que devem ser cumpridas e sobre a possibilidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do suporte mensal, por dia até que pessoa qualificada passe a atender às solicitações do CONTRATANTE.
16	Deixar de comunicar qualquer anormalidade técnica de caráter urgente para o CONTRATANTE	X				Notificação alertando sobre as questões contratuais que devem ser cumpridas e sobre a possibilidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do suporte mensal, por dia de atraso no cumprimento.
17	Deixar de atualizar os softwares necessários para o perfeito funcionamento da solução	X				Notificação alertando sobre as questões contratuais que devem ser cumpridas e sobre a possibilidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do suporte mensal, por dia de atraso no cumprimento.
18	Atraso na prestação do serviço da operação assistida	X				Notificação alertando sobre as questões contratuais que devem ser cumpridas e sobre a possibilidade de multa, conforme prazos estipulados nos níveis de serviços.
19	Atraso na prestação do serviço da operação assistida superior a 5 (cinco) dias		X			Multa de 1% (um por cento) por dia sobre o valor do serviço total contratado, quando a CONTRATADA deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.
20	Atraso na prestação do serviço da operação assistida superior a 10 (dez) dias			X		Multa de 10% (dez por cento) por dia sobre o valor do serviço total contratado, quando a CONTRATADA deixar de cumprir a obrigação assumida.
21	Inexecução parcial	X				Suspensão temporária de participar em

ou total do contrato, por não cumprimento de cláusulas contratuais					licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos mais multa de 10% sobre o valor global do contrato.
14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Itens do Objeto	Fonte/ Programa/ Ação				
1 a 6	112/2109/2000				

15. ESTIMATIVA DE PREÇO					
	Id	Bem/Serviço	Qtd	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total
G R U P O 01	1	Aquisição de ferramenta em appliance virtual para Gerenciamento Centralizado de toda solução com suporte pelo período de 36 meses.	02 unidades	R\$ 233.451,93	R\$ 466.903,85
	2	Aquisição de solução em appliance virtual para Gerenciamento de DNS, DHCP e IPAM (DDI), incluindo Firewall de DNS Interno, com suporte pelo período de 36 meses.	02 unidades	R\$ 545.232,78	R\$1.090.465,56
	3	Aquisição de solução em appliance físico para Proteção Avançada contra ataques ao serviço de DNS Externo com suporte pelo período de 36 meses.	02 unidades	R\$ 960.519,39	R\$1.921.038,78
	4	Aquisição de solução em appliance virtual para Gerenciamento de Ativos de Rede, licenciada para 100 dispositivos, com Suporte pelo período de 36 meses.	01 unidade	R\$ 287.281,24	R\$ 287.281,24
	5	Aquisição de solução integrada em appliance virtual para Gerenciamento e Visualização de Relatórios de DNS, DHCP e IPAM (DDI), incluindo Firewall de DNS Interno, com Suporte pelo período de 36 meses.	01 unidade	R\$ 242.866,99	R\$ 242.866,99

6	Operação Assistida.	2500 horas	R\$ 408,33	R\$1.020.833,33
Total Estimado R\$ 5.029.389,75				

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. PROPOSTA DE PREÇO

16.1.1. Do Credenciamento: o credenciamento do licitante bem como da sua manutenção dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 5.450/05;

16.1.2. Da Apresentação da Proposta: as propostas deverão ser formuladas e encaminhadas de acordo com as especificações técnicas constantes do termo de referência, com os preços expressos em reais, incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos, contendo no mínimo:

- Identificação completa da empresa (CNPJ, razão social, endereço, telefone etc);
- Atendimento integral ao OBJETO incluindo garantia, suporte técnico especializado e demais itens que compõem o mesmo;
- Atestado de Capacidade Técnica, conforme item da Qualificação Técnica;
- Declaração de profissional qualificado, conforme item da Qualificação Técnica;
- Atendimento à especificação técnica correspondente, para comprovação dos requerimentos técnicos exigidos;
- Documentos técnicos como: catálogos, folders, prospectos, informes, manuais técnicos e outros meios de divulgação do fabricante que acompanham cada produto e que facilitem a análise do objeto licitado, podendo ser fotocópia completa e legível.
- Apresentação de planilha para comprovação ponto-a-ponto através de documentação técnica oficial do fabricante apresentando para cada item do edital: documento, página e

parágrafo, permitindo a identificação e comprovação de atendimento de forma clara e transparente.

16.1.3. No caso de algum dos atributos técnicos exigidos não se encontrarem explícitos nos documentos publicados pelo fabricante, será aceito que representante legal deste fabricante emita carta afirmando o atendimento a tal atributo. Alerta-se que o atendimento a tal atributo poderá ser comprovado por meio de verificação de conformidade em prova de conceito;

16.1.4. A não comprovação dos atributos técnicos exigidos sujeitará a proposta do licitante à desclassificação do certame;

16.1.5. Da Aceitabilidade dos Preços: os preços deverão ser cotados em reais, com duas casas decimais, sob pena das demais casas decimais serem desconsideradas, e serão irrevogáveis até a data de assinatura do contrato.

16.1.6. As propostas deverão ser encaminhadas ainda com as seguintes declarações:

- Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- Concordância com as condições estabelecidas neste edital e que atende aos requisitos de habilitação;
- Atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte.

16.2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

16.2.1. A modalidade proposta para a contratação dos serviços enquadra-se como “Pregão Eletrônico” tendo em vista tratar-se de aquisições que se enquadram no preconizado no art. 1º da Lei 10.520/2002 (bens e serviços comuns);

16.2.2. Da Participação: poderão participar do certame os interessados que atenderem a todas as exigências constantes do edital, seus anexos e

encartes;

16.2.3. Do Julgamento: Por se tratar de certame do tipo pregão eletrônico para o julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço;

16.2.4. Será declarada vencedora a empresa que apresentar a proposta com **Menor Preço por Grupo**, desde que atendidos todos os requisitos do edital;

16.2.5. Os atestados de capacidade técnica, documentações e comprovações necessárias para que a administração comprove a veracidade das informações deverão conferir com o CNPJ da empresa licitante;

16.2.6. É vedada a participação de empresas em consórcio ou cooperativas;

16.2.7. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

16.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.3.1. Requisitos de Capacidade e Experiência:

- Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, onde comprove ter prestado serviços de entrega, instalação, configuração e suporte técnico para solução de segurança de DNS e de gerenciamento de ativos de rede. Esta exigência se faz necessária no intuito de verificar a experiência e a habilidade técnica da licitante na execução do objeto desta licitação;
- Serão aceitos somatórios de atestados de capacidade técnica para comprovação da experiência e habilidade da licitante;
- A licitante deverá apresentar declaração, datada e assinada por seu representante legal, de que, caso se sagre vencedora do certame, no momento da assinatura do contrato, disporá de profissionais com nível superior e com as seguintes certificações ou equivalentes:
 - No mínimo 01 (um) técnico profissional capacitado e certificado na linha de produtos proposta;
 - Caso o fabricante não possua certificação específica para a linha de produtos serão aceitos profissionais

comprovadamente capacitados e aprovados em treinamento formal do fabricante.

17. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

Todos os bens e serviços pretendidos neste Termo de Referência são comuns, isto é, têm padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais praticados no mercado, conforme § 2º do artigo 12 do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010.

18. FORMA DE CONTRATAÇÃO

- 18.1. A contratação do objeto dar-se-á por meio de **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**;
- 18.2. A Ata de Registro de Preços implica em compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade;
- 18.3. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;
- 18.4. A contratação com o fornecedor registrado será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil;
- 18.5. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações;
- 18.6. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços;
- 18.7. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Decreto nº 7.892/2013 e, subsidiariamente, na Lei 8.666/1993;
- 18.8. O registro do fornecedor poderá ser cancelado, nos termos dos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013;

- 18.9. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal que não tenha participado do certame objeto deste Edital, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;
- 18.10. As adesões à Ata de Registro de Preços respeitarão o estabelecido na Resolução nº 1, de 10 de Julho de 2009 do Comitê de Compras e Contratos e suas alterações;
- 18.11. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Inep, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;
- 18.12. Caberá ao fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos interessados que ainda irão aderir à Ata de Registro de Preços, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;
- 18.13. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e participantes;
- 18.14. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem à ata de registro de preços;
- 18.15. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às

suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

- 18.16. Para elaboração deste Termo de Referência foram observadas, entre outras normas:
- 18.17. Lei Federal nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- 18.18. Lei Federal nº 10.520/2002: Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- 18.19. Decreto nº 7.746/2012: Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- 18.20. Decreto nº 5.450/2005: Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- 18.21. Decreto nº 7.892/2013: Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 18.22. Instrução Normativa SLTI nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 18.23. Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 04/2014 com alterações da Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 02/2015: Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal.

19. PARCELAMENTO DO OBJETO

- 19.1. A contratação do objeto dar-se-á por meio de **Pregão Eletrônico para Registro de Preços** do tipo **Menor Preço por grupo**;
- 19.2. Os itens do objeto deverão ser licitados e adjudicados por grupo considerando a indivisibilidade dos mesmos, pois as soluções e os serviços são de uma mesma natureza, que guardam correlação entre si, seja por similaridade técnica ou de tecnologia;
- 19.3. O fornecimento de itens por meio de CONTRATADAS distintas trariam enormes riscos ao projeto. Um grande risco viria da necessidade contínua de comunicação entre os diferentes fornecedores o quê, historicamente, não ocorre com fluidez nem de forma satisfatória, sendo a parte mais lesada o CONTRATANTE. Além disso, há necessidade de ocorrer perfeita integração técnica entre os itens do objeto. Dessa forma, o fornecimento parcial dos itens por diferentes fornecedores traria não apenas maior complexidade, como maiores custos de integração e riscos de não execução adequada;
- 19.4. A licitação por item poderia causar prejuízo para o conjunto da licitação (questões técnicas) ou para a economia de escala (questões econômicas), e tornaria inviável e prejudicial o bom desempenho da solução, por se tratar de serviços complementares. Por outro lado, a contratação dessa solução por grupo deverá gerar benefícios como a redução do valor final do contrato. Além disso, esse modelo elimina o problema de ter de gerenciar múltiplos fornecedores para uma única solução.

TERMO DE REFERÊNCIA

ENCARTE A – Modelo de apresentação da proposta de preço

Licitação N°:

Dia ___/___/_____ às __:__ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados referentes à contratação)

- Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano);
- Município/UF;
- Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo, se for o caso;
- Tipo de serviço;
- Unidade de medida;
- Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida);
- N° de meses de execução contratual;
- Prazo de validade mínima de proposta de preços de 60 (sessenta) dias.

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS				
Item	Descrição	Qtd Total	Valor R\$	
			Unitário	Total
1				
2				
...				
Valor Total				R\$

OBSERVAÇÕES:

- 1- A proposta de preços impressa, ajustada ao valor do lance vencedor, a ser apresentada pela Licitante Vencedora, deverá apresentar em anexo também uma planilha detalhada com todos os serviços e produtos do fabricante, programas, módulos, interfaces e part number que estão sendo fornecidos com os devidos preços totais e unitários.
- 2- Nos valores acima estão compreendidos além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, fretes e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no edital e seus anexos, inclusive a substituição de peças ou equipamentos quando necessário.
- 3- Declaramos estar de acordo com todas as condições estipuladas no edital e seus anexos.

Item de Referência da proposta:	
Razão Social:	
CNPJ:	
End:	
Cep:	
Fone/Fax:	

Email:		
Validade da Proposta:		
Dados Bancários da empresa:		
Agência:	Conta Corrente:	Banco:

DADOS DO REPRESENTANTE QUE IRÁ ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU CONTRATO

Nome:	CPF:	RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:
Cep:		
Estado civil:		
Residência:		
Cargo/Função:		
Nacionalidade:		

É necessária a apresentação dos documentos da empresa e do seu representante.

Local: _____, ____ de _____ de 2014.

CARIMBO, ASSINATURA E TIMBRE DA EMPRESA

TERMO DE REFERÊNCIA

ENCARTE B – TERMO DE COMPROMISSO

Este Termo de Compromisso (“Termo”) é celebrado entre:

CONTRATANTE - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), SIG Quadra 04 lote 327 – Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF 01.678.363/0001-43, neste ato representado pelo Gestor do Contrato xx/xxxx, e

CONTRATADA - xxxxxxxx, Endereço xxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF xxxxxx, personificação xxxxxx, neste ato representado por seus respectivos procuradores abaixo assinados, na forma de seus respectivos Contratos Sociais.

O Inep e a Empresa podem ser referidas individualmente como Parte e coletivamente como Partes, onde o contexto assim o exigir.

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Comunicações do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto 4.553 de 27/12/2002 - Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pelo CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiro.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Contrato Principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O termo informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominadas INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;

II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente

TERMO;

III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui

referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO DE COMPROMISSO é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da cidade de Brasília, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, ____ de _____ de 20__

DE ACORDO	
CONTRATANTE	CONTRATADA

<p>_____ <Nome> SIAPE:</p>	<p>_____ <Nome> Mat.:</p>
Testemunha 1	Testemunha 2
<p>_____ <Nome> SIAPE/Mat.:</p>	<p>_____ <Nome> SIAPE/Mat.:</p>

TERMO DE REFERÊNCIA

ENCARTE C – TERMO DE CIÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO			
Contrato Nº			
Objeto:			
Gestor do Contrato:		Mat.:	
Contratante (Órgão):			
Contratada:		CNPJ	
Preposto da Contratada:		CPF	

Por este instrumento, os funcionários abaixo assinados declaram ter ciência e conhecer a declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na Contratante.

Brasília, _____ de _____ de 20_____.

CIÊNCIA	
CONTRATADA Funcionários	
_____ <Nome> Mat.:	_____ <Nome> Mat.:
_____ <Nome> Mat.:	_____ <Nome> Mat.:

TERMO DE REFERÊNCIA

ENCARTE D – TERMO DE CREDENCIAMENTO

A empresa <nome da empresa> CNPJ <nº CNPJ>, Contrato <nº do contrato>, Endereço: <endereço>, vem por meio deste Termo solicitar o credenciamento e liberação de acesso às dependências do Inep dos seguintes funcionários abaixo identificados:

Nome do funcionário	Documentos
	RG CPF Matrícula na empresa:
	RG CPF Matrícula na empresa:
	RG CPF Matrícula na empresa:
	RG CPF Matrícula na empresa:
	RG CPF Matrícula na empresa:

Brasília, xx, de xxxxx de 20xx

<Nome da empresa>
<Assinatura do Representante legal>

TERMO DE REFERÊNCIA

ENCARTE E – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

IDENTIFICAÇÃO			
Contrato:		Nº da OS / OFB:	
Objeto:			
Contratante:			
Contratada:			
Profissionais responsáveis pela entrega/serviços	Nome	CPF	Assinatura

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no artigo 34, inciso I, da Instrução Normativa nº 4 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, de 11/09/2014, que os serviços (ou bens), relacionados na O.S. acima identificada, foram recebidos nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pela Contratante.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços e/ou bens ocorrerá em até 5 (cinco) dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

DE ACORDO	
CONTRATANTE Fiscal Técnico do Contrato	CONTRATADA Preposto
<hr/> <i><Nome></i> SIAPE:	<hr/> <i><Nome></i> Mat.:

Brasília, ____ de _____ de 20__.

TERMO DE REFERÊNCIA

ENCARTE F – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

IDENTIFICAÇÃO					
Contrato:		Nº da OS / OFB:		Item:	
Objeto:					
Gestor do Contrato:					
Área Requisitante da Solução:					

Por este instrumento, as partes acima identificadas atestam para fins de cumprimento do disposto no artigo 34, inciso I, da Instrução Normativa nº 4 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, de 11/09/2014, que os serviços ou bens identificados acima possuem a qualidade compatível com a especificada no Termo de Referência / Projeto Básico do Contrato supracitado.

DE ACORDO	
CONTRATANTE Gestor do Contrato	CONTRATANTE Fiscal Requisitante do Contrato
<hr/> <Nome> SIAPE:	<hr/> <Nome> SIAPE.:

Brasília, ____ de _____ de 20__.

TERMO DE REFERÊNCIA

ENCARTE G – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

Ordem de Serviço nº

1. IDENTIFICAÇÃO			
Área:		Contrato:	
Objeto:			
Fiscal do Contrato:			
Preposto Contratada:			

2. INFORMAÇÕES DA ORDEM DE SERVIÇO		
Nº OS	Data de Emissão	Descrição dos Serviços

Período de Execução	Período de Execução	Local de Execução dos Serviços

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS
3.1. Detalhamento técnico dos serviços

3.2. Metas a serem atingidas

3.3. Indicação dos recursos a serem utilizados

--

3.4. Indicação do cronograma a ser executado (atividades, prazos e recursos)

--

4. CUSTOS DOS SERVIÇOS

Serviço	Und Hora	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
Total da OS				

4.1. Preço e condições de pagamento

--

5. PRODUTOS DOS SERVIÇOS**5.1. DESCRIÇÃO**

--

6. NÃO FAZEM PARTE DO ESCOPO**6.1. DESCRIÇÃO**

--

7. OBSERVAÇÕES**7.1. DESCRIÇÃO**

--

8. ACEITE DA CONTRATADA**8.1. DESCRIÇÃO**

--

Eu, *Nome do Preposto*, Preposto da *Empresa*, declaro concordância em executar as atividades descritas nesta OS, de acordo com as especificações estabelecidas pelo CONTRATANTE e propostas pelo Fiscal do Contrato.

9. ACEITE DO CONTRATANTE

9.1. DESCRIÇÃO

Eu, *Nome do Fiscal do Contrato*, Fiscal do Contrato *nº contrato*, autorizo a execução da presente OS, de acordo com as especificações contidas na mesma, bem como pela sua conformidade com o contrato.

__/__/__	<hr/> <i>Fiscal do Contrato</i>	<hr/> <i>Preposta da Empresa</i>
----------	---------------------------------	----------------------------------



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO
TEIXEIRA
DIRETORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Coordenação Geral de Recursos Logísticos, Aquisições e Convênios.
Coordenação de Recursos Logísticos.

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º xx/2016
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2016
(Processo Administrativo n.º 23036.002664/2016-77)

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP, sediado no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 04, Lote 327, Edifício Villas Lobos, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.678.363/0001-43, neste ato representado por seu (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, inscrito(a) no CPF sob o nºportador(a) da Carteira de Identidade nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/20..., publicada no de/...../20....., processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para para fornecimento e implantação de solução única de alta performance de DNS, DHCP e Gerenciamento de Endereços IP (IPAM – IP address management), agregando detecção e gerenciamento de ativos de rede, solução de proteção de DNS e solução de relatórios. A aquisição contemplará garantia, atualização de novas versões do software, suporte técnico especializado e operação assistida para toda solução, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº XX/2017, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
Item	Descrição	Qntd	Valor Unitário Mensal	Valor Total
01	Aquisição de ferramenta em appliance virtual para Gerenciamento Centralizado de toda solução com suporte pelo período de 36 meses.	2 und		

02	Aquisição de solução em appliance virtual para Gerenciamento de DNS, DHCP e IPAM (DDI), incluindo Firewall de DNS Interno, com suporte pelo período de 36 meses.	2 und		
03	Aquisição de solução em appliance físico para Proteção Avançada contra ataques ao serviço de DNS Externo com suporte pelo período de 36 meses.	2 und		
04	Aquisição de solução em appliance virtual para Gerenciamento de Ativos de Rede, licenciada para 100 dispositivos, com Suporte pelo período de 36 meses.	1 und		
05	Aquisição de solução integrada em appliance virtual para Gerenciamento e Visualização de Relatórios de DNS, DHCP e IPAM (DDI), incluindo Firewall de DNS Interno, com Suporte pelo período de 36 meses.	1 und		
06	Operação Assistida.	2500 horas		

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do

certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

de ativos de rede, solução de proteção de DNS e solução de relatórios. A aquisição contemplará garantia, atualização de novas versões do software, suporte técnico especializado e operação assistida para toda solução, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ID	Bem/Serviço	Qtd	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total
1	Aquisição de ferramenta em appliance virtual para Gerenciamento Centralizado de toda solução com suporte pelo período de 36 meses.	02 unidades	R\$ 233.451,93	R\$ 466.903,85
2	Aquisição de solução em appliance virtual para Gerenciamento de DNS, DHCP e IPAM (DDI), incluindo Firewall de DNS Interno, com suporte pelo período de 36 meses.	02 unidades	R\$ 545.232,78	R\$1.090.465,56
3	Aquisição de solução em appliance físico para Proteção Avançada contra ataques ao serviço de DNS Externo com suporte pelo período de 36 meses.	02 unidades	R\$ 960.519,39	R\$1.921.038,78
4	Aquisição de solução em appliance virtual para Gerenciamento de Ativos de Rede, licenciada para 100 dispositivos, com Suporte pelo período de 36 meses.	01 unidades	R\$ 287.281,24	R\$ 287.281,24
5	Aquisição de solução integrada em appliance virtual para Gerenciamento e Visualização de Relatórios de DNS, DHCP e IPAM (DDI), incluindo Firewall de DNS Interno, com Suporte pelo período de 36 meses.	01 unidades	R\$ 233.451,93	R\$ 466.903,85
6	Operação Assistida.	2500 horas	R\$ 408,33	R\$1.020.833,33
Total Estimado				R\$ 5.029.389,75

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **XX/XX/XXXX** e encerramento em **XX/XX/XXXX**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.2. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.4. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.5. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.1.6. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total estimado da contratação é de **R\$ 5.029.389,75 (cinco milhões, vinte e nove mil, trezentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irreeajustáveis.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de **R\$ 251.469,48 (duzentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

Parágrafo Único – Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília, XX de xxxxxxxx de **XXXX**.

EUNICE DE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS
Diretora de Gestão e Planejamento do **INEP**

Xxxxxx xxxxxx xxxxxxxxxxxx
Representante da Empresa **xxxxx**
xxxxxxxxxxxxxxxxx LTDA.

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: